



ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.07.2010

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dez, às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Unidade Sanitária, rua Itajaí, nº 51, Centro, realizou-se a centésima nonagésima quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida passou à leitura da Pauta do dia: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **1.2** Aprovação das atas das Assembleias, ordinária do dia 25.01.10 e extraordinária do dia 19.04.10. **As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes; 1.3** Plenária de Conselhos 2010; **2- ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação e Aprovação dos Pareceres das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde – Coordenadores – 30'; **2.2** Apresentação referente a Novo Tratamento da Tuberculose – Doutor. Jaime Matos Ferreira – 30'; **2.3** Apresentação do Protocolo de Atendimento às Vitimas de Violência Sexual – "Aconchegar Joinville" – Monica E. Vollranth – 30'; **2.4** Apresentação da Prestação de Contas das Ações relacionadas ao Plano de Alimentação e Nutrição-FAN, da Atenção Básica – 2009, e apresentação das ações programadas para 2010 – 30'; **2.5** Apresentação do Relatório e Parecer Prévio, do Tribunal de Contas da União-TCU, referente as Contas do Governo da República – Douglas Calheiros Machado – 30'; **3-ASSUNTOS DIVERSOS 4- INFORMES GERAIS.** Devido a compromissos marcados, Doutor Jaime Matos Ferreira solicitou inversão de Pauta entre os itens **2.1** e **2.2. A Pauta e a inversão de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. 1.3** A Presidente informou que o município de Joinville foi um dos indicados para sediar a Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, a se realizar na primeira quinzena do mês de novembro e, solicitou que os conselheiros se expressassem sobre o interesse nesta indicação. A maioria dos conselheiros presentes manifestou-se favorável à indicação. A Presidente considerou que o Conselho Estadual se responsabiliza pela maior parte da organização e despesas com o evento, porém o município deve oferecer algo em contrapartida, após o que o Conselho Estadual analisará e comparará com a contrapartida oferecida pelos demais municípios indicados, para então decidir qual município será escolhido. Foi sugerido que Joinville oferecesse o espaço físico para o evento, desde que sem custo. **A sugestão foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 2.1** Doutor Jaime Matos Ferreira cumprimentou todos presentes e, mencionou que trabalha com tratamento de Tuberculose há mais de trinta e seis anos e, com sua experiência, acredita que a participação da comunidade, especialmente uma Instituição como o Conselho Municipal de Saúde, seja essencial, pois a tuberculose é um problema de todos. Falou que a partir de junho de dois mil e quatro, foi mundialmente implantado o chamado Tratamento Diretamente Observado, ou seja, o paciente deve tomar seu remédio na presença do profissional de saúde, geralmente o Agente Comunitário de Saúde. Acrescentou que existem vinte e dois países que retêm oitenta e cinco por cento dos casos de Tuberculose, e o Brasil ocupa a décima nona posição, sendo o primeiro na América do Sul e, no estado de Santa Catarina, existem nove municípios prioritários, entre os quais Joinville é o que tem conseguido os melhores resultados. Mencionou que o compromisso é com a demanda, tanto que não há nenhum caso de consulta médica atrasada para paciente tuberculoso e, quem desejar fazer exame, caso esteja com tosse com escarro, é só se dirigir ao Posto de Saúde, que o exame será feito imediatamente e, dependendo do resultado, ele será procurado para iniciar o tratamento, pois visto tratar-se de uma doença infectocontagiosa, não se pode perder tempo. Pontuou que o Brasil hoje trabalha com um Programa determinado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), incluindo atendimento à família, e tratamento especial para casos mais resistentes. Esclareceu que a contaminação ocorre por gotículas de saliva, ou seja, pela tosse, e que o bacilo causador da Tuberculose é mutante, podendo haver variações de alguns que sejam altamente resistentes às drogas usadas. Reforçou a importância de se fazer o tratamento rigorosamente como determinado, caso contrário a doença fica resistente, dificultando a possibilidade de cura e, aumentando os riscos de contaminação. Considerou que no novo Programa da OMS, o tratamento passou a incluir quatro comprimidos, garantindo assim uma cura mais efetiva e, o tratamento é longo, durando vários meses, porque o bacilo causador da Tuberculose é de crescimento lento. Acrescentou que em Joinville, todas as Unidades de Saúde



55 participam do diagnóstico e do tratamento, porém a médio prazo o paciente é transferido para as Regionais e, os casos mais graves de resistência para o centro de referência. Falou do trabalho de prevenção feito quando há um paciente, pois todos os profissionais de saúde envolvidos em seu tratamento e os os membros de sua comunidade são testados, e dependendo do resultado, fazem um tratamento preventivo com duração de seis meses. Fez um apelo, falando da

60 necessidade de se multiplicar essas orientações, que fazem parte de uma ação básica de saúde, pois se cada um fizer a sua parte, será possível vencer a luta contra essa perigosa doença. **Manifestações:** conselheiro Nelson Renato Esteves perguntou sobre os casos de falência. Doutor Jaime respondeu que o problema mais sério são com os andarilhos, drogados e presidiários. Senhora Elza Francisco questionou se os Hospitais e Pronto Atendimentos estão preparados para

65 testar um paciente para diagnosticar a doença. Doutor Jaime disse que o Hospital não faz o diagnóstico na hora, mas encaminha como uma suspeita para as devidas providências. Senhora Marlene Bonow Oliveira, Gerente da Atenção Básica, parabenizou a equipe pelo trabalho que eles realizam, e perguntou qual seria hoje a referência secundária em relação a uma doença que se encontra muita resistência por parte dos pacientes para fazerem o tratamento. Doutor Jaime disse

70 que são os Postos de Saúde, Hospital Municipal São José, Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, onde existem especialistas habilitados a fazerem diagnóstico e tratamento adequados e, seria da parte terciária o paciente que apresenta resistência à droga, ou que tem alergia, ou doença renal, ou seja, o paciente que precisa de um tratamento alternativo. Disse que o maior perigo não vem do paciente que está em tratamento, pois depois de um mês de tratamento, o

75 contágio é praticamente zero, mas o perigo vem do portador do bacilo que não sabe, pois contamina outros sem saber que tem a doença. Reforçou que todos que tenham tosse com catarro devem fazer o teste, pois é a única maneira de quebrar o ciclo de contágio. Conselheira Neusa Maria Alcântara perguntou como prevenir a contaminação no período de perigo de contágio. Doutor Jaime disse que qualquer baixa da imunidade facilita a evolução da doença, pois o bacilo pode permanecer incubado em nosso corpo sem se manifestar por mais de trinta anos, a

80 única maneira de prevenir é que o doente faça o exame e comece o tratamento. A Presidente perguntou se é um “Programa” ou uma “Política”, visto que o Programa tem data para acabar, ao passo que uma “Política” é permanente. Doutor Jaime disse que o Programa de Controle da Tuberculose faz parte de uma Política de Saúde. A Presidente sugeriu, a pedido do Doutor Jaime, que se faça um documento solicitando informações sobre a situação do intercâmbio na assistência terciária da Tuberculose, como está o envolvimento das Unidades Básicas de Saúde com o Programa, tanto a nível municipal quanto estadual, e também que se solicite o acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente agradeceu ao Doutor Jaime pela

90 apresentação. **2.2** Conselheira Miriam Hoffmann Rodrigues, membro da Comissão de Assuntos Externos do CMS-Joinville, apresentou o Parecer nº 08/2010 da Comissão: **“PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EXTERNOS Nº 08/2010. DENÚNCIA REFERENTE AO HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT . CONSIDERANDO:** a denúncia feita ao Conselho Municipal de Saúde em correspondência recebida no dia 31 de Maio de 2010, a Comissão de Assuntos Externos, representada pelos senhores Mario Maiochi, Marli Lipinski e Mirian H. Rodrigues, acompanhada pela presidente deste Conselho sra. Cléia Giosole, a qual realizou visita no dia 23 de julho de 2010; visita ao Pronto Socorro onde foi constatado que: havia super-lotação, usuários aguardando leitos para os setores, cateterismo, hemodiálise, por mais de 24 horas. Assim como aguardando a realização de outros exames; aparelho de ultra-som quebrado desde

100 março, e os pacientes sendo encaminhados ao hospital Unimed; que nos foi informado por um funcionário que não haveria médico clínico geral para plantão no final de semana (membro da direção presente) o que se confirmou. Conforme veiculado pela imprensa; visita ao setor B, onde, conforme a denúncia, há falta de funcionários e leitos desativados; que fomos recebidos pela chefe de enfermagem do horário (pela manhã) que nos informou que para o número de leitos

105 ativados no momento (36), o quadro de funcionários está completo, porém o setor tem capacidade para 46 leitos, dos quais dois estão em manutenção (esgoto) e oito desativados por falta de funcionários; a informação de que este problema não se restringe ao setor B, e que outros setores também têm leitos fechados por falta de funcionários. Temos realmente falta de leitos? Ou



falta de uma política de gerenciamento e vontade de resolver o problema, já crônico, de falta de funcionários?; considerando ainda o que nos foi relatado na denúncia recebida, “funcionários afastados por stress, sobrecarga de trabalho, etc.”; foi-nos solicitado um ambulatório para atendimento aos funcionários públicos estaduais, a exemplo do que já ocorre com funcionários do município; que em continuidade da visita também fomos até a cozinha desativada e pudemos observar “in loco” um amontoado de coisas velhas, quebradas, enfim, um depósito onde sobrava sujeira para proliferação de ratos, baratas, etc., isto tudo ao lado do refeitório dos funcionários;

115 **SUGERE-SE:** que seja encaminhado o seguinte relatório ao Conselho Estadual de Saúde, ao Secretário Estadual de Saúde, a 23ª Gerência de Saúde, por se tratar de órgão público estadual; que seja encaminhado ao gestor municipal, à vigilância sanitária, ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN; que a Mesa Diretora do Conselho Municipal de

120 Saúde acompanhe o processo de chamada dos concursados para as unidades do estado sediadas neste município; que seja prestado esclarecimentos por parte da direção do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt em Assembleia do Conselho Municipal de Saúde;” **Manifestações:** Conselheiro Nelson Renato Esteves perguntou se foi verificado o número exato de funcionários que encontram-se afastados. Conselheira Miriam respondeu que não foi passado o número exato,

125 mas foi informado que estão aos poucos sendo chamados profissionais aprovados no concurso. Conselheiro Valério Rodrigues expressou que o CMS-Jlle tem a responsabilidade de colocar cada Hospital da região para funcionar, garantindo o atendimento à população. Mencionou também que tem ouvido reclamações de funcionários do Hospital Regional que tem sofrido de contaminação alimentar, e o Estado não está nem mesmo custeando o tratamento. Conselheira Miriam disse

130 que tentaram verificar essa denúncia, mas todos com quem conversaram disseram não ter conhecimento do fato. Conselheira Silvia Mara da Costa Fischer falou que soube de pessoa que esperou sete horas na fila por atendimento, ferindo o código de ética médica. A Presidente acrescentou que também está sendo verificado uma denúncia referente troca de nome e resultado de exames de pacientes. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.**

135 Conselheiro Nelson Renato Esteves, membro da Comissão de Orçamento e Finanças- COFIN, apresentou Parecer da Comissão: “**PARECER Nº 001/2010 DE 2010** Da Comissão de Orçamento e Financiamento do SUS- COFIN, do Conselho Municipal de Saúde, referente a Prestação de Contas do 4º Trimestre do ano de 2009, da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville. Considerando que a partir da publicação da portaria MS/GM nº204 de 29 de janeiro de 2007 que

140 regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; Considerando o Art. 6º, da mesma portaria, que diz que os recursos referentes a cada bloco de financiamento devem ser aplicados nas ações e serviços de saúde relacionados ao próprio bloco; Considerando o Art. 34º da portaria MG/ MS 3252 de 22 de dezembro de 2009, que diz que “Os recursos federais transferidos para Estados, DF e Municípios para financiamento das ações de Vigilância em Saúde estão organizados no Bloco Financeiro de Vigilância em Saúde” e no

145 Parágrafo Único “Os recursos de um componente podem ser utilizados em ações do outro componente do Bloco de Vigilância em Saúde”; Considerando que o Relatório Anual de Gestão – RAG deve ser elaborado pelo gestor e apresentado ao seu respectivo conselho de saúde conforme estabelece as Portarias MS/ GM 3.332/06 e 3.176/08, consolidando as prestações de contas trimestrais aprovadas pelos Conselhos de Saúde; E considerando a análise da prestação de contas do 4º trimestre de 2009 apontamos: A prestação de contas dos recursos federais não é realizada por Blocos conforme definição da portaria 204/07; As receitas federais não têm apresentação por depósito em conta bancária específica por bloco; As receitas federais não correspondem aos valores contidos no site do Fundo Nacional de Saúde – Consulta de Pagamentos – transferências fundo a fundo, apresentando uma diferença a maior na

150 apresentação de R\$ 13.786.679,38 – pois o relatório apresenta o valor de R\$ 96.809.820,00 e o site o valor de R\$ 89.023.140,62 (sem desconto abaixo). Na apresentação não constam os valores descontados pelo MS mensalmente autorizados pelo gestor municipal, no valor de R\$ 34.148,76 para o Centro de Tratamento de Doentes Renais de Joinville, e no mês de dezembro o valor de R\$ 4.338,60 para Werner Laboratórios LTDA, assim como o valor de R\$ 462.861,56 no

160 mês de junho por pagamento a maior de acordo com memorando CGCSS/DRA/SAS/MS nº 059,



totalizando R\$ 842.836,52 no ano de 2009. Não são apresentadas as despesas por bloco, não sendo possível analisar a efetiva utilização dos recursos nos blocos e seus componentes; Os recursos estaduais repassados também não correspondem ao que está disponibilizado no site da SES – prestação de contas; A prestação de contas não apresentou as auditorias realizadas no período de acordo com o Art. 12 da Lei 8689/93, assim como não foi apresentada toda a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Portanto propomos:

1 No item despesas, que no componente Hospitais, Clínicas e Laboratórios, as despesas sejam apresentadas demonstrando o valor contratualizado mensalmente e o valor pago, por prestador, visando efetivo acompanhamento dos contratos, pois no atual formato não há como avaliar. Apresentar os tetos físicos e orçamentários: 2 Prestar contas trimestralmente, do cumprimento dos Ternos de Compromisso de Garantia de Acesso da Alta Complexidade e da Média Complexidade (PPI ambulatorial e hospitalar) e da PPI da Visa. 3 Que ao serem encaminhado os relatórios à COFIN – Comissão Orçamentária e de Financiamento do CMS, o mesmo venha acompanhado dos anexos necessários, sendo essencial o extrato de movimentação de cada conta bancária existente. 4 Atender ao Art. 35 da Portaria 3.252/09 “Os recursos que formam cada bloco e seus respectivos componentes, bem como os montantes financeiros transferidos devem se expressos em memórias de cálculo, para fins de histórico e monitoramento. Respeitada a especificidade de cada bloco, conforme modelos contantes no anexo I (a,b,c,d,e)”. 5 Utilizar o formulário para análise preliminar do relatório anual de gestão – RAG pelos conselhos de saúde. Indicado pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde. E, considerando os itens supracitados a Comissão Orçamentária e de Financiamento do CMS recomenda a não aprovação do 3º e 4º trimestre de 2009 e 1º trimestre de 2010, da Secretaria Municipal de Saúde e sugere que a referidas prestações de contas sejam reapresentadas, seguindo as recomendações apontadas acima.”

Manifestações: conselheira Michele de Souza Andrade parabenizou a Comissão pelo Parecer, e questionou se foi solicitado à Secretaria as informações referente às situações citadas no Parecer. A Presidente disse que foram solicitadas sim e, além disso, foi também solicitado um contador para ajudar a Comissão na análise das contas, mas a solicitação não foi atendida. A Secretária Executiva do Conselho, senhora Sandra Helena, acrescentou que foi atendida a solicitação de detalhamento da prestação de contas, e o presente Parecer foi feito em cima deste detalhamento. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes**, sendo que os conselheiros José Martins e Antonio Carlos Fernandes Vieira abstiveram-se do voto. **2.3** Senhora Mônica E. Vollrath da Comissão do “Aconchegar Joinville” foi chamada para apresentar o Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Senhora Mônica cumprimentou todos presentes e, mencionou que esse Protocolo de Atendimento foi implantado no município a partir de outubro de dois mil e nove. Descreveu o objetivo geral que é atender as vítimas de violência sexual de forma humanizada e qualificada, evitando a revitimização, e os objetivos específicos são: implantar a rede de atenção às vítimas de violência sexual no município; Implantar um banco de dados específico para o atendimento com formulários e notificações apropriadas; fomentar políticas públicas para atendimento de vítimas de violências e acidentes, no município. Citou as Instituições participantes: Secretaria Municipal de Saúde; Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes – NPVA; Unidade de Vigilância Sanitária e Epidemiológica; Núcleo de Apoio Técnico-Gerenciação Básica; Secretaria de Estado da Saúde; Hospital Regional Hans Dieter Schmidt; Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria; Maternidade Darcy Vargas; 23ª Gerência de Saúde; da Secretaria Municipal de Assistência Social: Serviço de Enfrentamento a Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Programa Sentinela); Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – PAMVVI; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; da Secretaria Municipal da Educação: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Delegacia de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso; Instituto Geral de Perícias / Instituto Médico Legal - IML; Centro de Atendimento à Vítima de Crime- CEAV; Conselho Tutelar Norte; Conselho Tutelar Sul; Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil; UNIVILLE; SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional. Explicou que o atendimento às vítimas



de uma violência sexual é emergencial, tendo que ser feito nas primeiras setenta e duas horas, e as portas de entrada são o Hospital Materno Infantil Doutor Jeser Amarante Faria, para vítimas menores de quinze anos e, a partir dessa idade no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, onde serão tomadas medidas para profilaxia, sendo administrados medicamentos para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis(DSTs), a pílula do dia seguinte para evitar a gravidez, e serão acionados a Delegacia da Mulher, a fim de fazer Boletim de Ocorrência, e o Instituto Médico Legal- IML para exame de corpo delito. Considerou que este é um dos avanços do novo Protocolo, pois antes a vítima era encaminhada para essas Instituições, e muitas vezes não havia esse atendimento nos finais de semana, mas agora, o atendimento é integral em um único lugar. Pontuou que é feito também o encaminhamento para os serviços da rede socioassistencial, atendimento psicossocial e jurídico e, em casos de menores de idade, é notificado o Conselho Tutelar para providências legais e sociais. Acrescentou que em casos não emergenciais, ou seja, onde já se passaram mais de setenta e duas horas, o acolhimento à vítima acontecerá nas Unidades de Saúde, que tomarão as mesmas medidas de encaminhamentos, e farão o acompanhamento dos exames. Apontou os cuidados sequenciais, sendo o acompanhamento clínico das DSTs e AIDS, com a continuidade de realização de exames e sua avaliação e continuidade de administração dos medicamentos feito pela Unidade Sanitária – SUS; a investigação epidemiológica e Banco de Dados feita pelo Serviço de Vigilância Epidemiológica (Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes); acolhimento institucional e apoio psico-social feito pela Secretaria de Assistência Social - SAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social – Serviços de Enfrentamento a Violência; apoio psico-social e assessoria jurídica feito pelo Centro de Atendimento à Vítima de Crime - CEAV (antigo CEVIC); apoio com orientação ao processo de atendimento – identificação das Violências – notificação ao Conselho Tutelar, feito pela Secretaria da Educação. Citou que de acordo com a Lei 12.015 de sete de agosto de dois mil e nove, houve alteração na redação dos artigos do Código Penal que tratam do estupro: ESTUPRO é “constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, e esta lei, traz as diversas modificações nas penalidades que tratam dos crimes contra a dignidade sexual, corrupção de menores e outras formas de exploração sexual. Mostrou o número de notificações de violência sexual pelo Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes- NPVA: dezenove no ano de dois e oito, dez no ano de dois mil e nove, quatorze até o mês de maio de dois mil e dez.

Manifestações: conselheiro Nelson Renato Esteves perguntou porque o Hospital Municipal São José não foi citado. Senhora Mônica respondeu que foram pactuados dois lugares específicos para servirem de porta de entrada, para serem Referência nestes casos. Conselheira Martha Maria Vieira Artilheiro questionou como funciona o acionamento da polícia. Senhora Mônica disse que o próprio Hospital chama, tanto a polícia como o IML, que vêm atender a vítima dentro do Hospital. Conselheiro Douglas Calheiros Machado sugere que o Protocolo conste no site da Secretaria Municipal de Saúde. A Presidente parabenizou a equipe e, disse que o CMS-Jlle está a disposição para o que se fizer necessário. **2.4** Senhora Tânia Regina Jacob, nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde, passou a apresentar a Prestação de contas das ações relacionadas ao Plano de Alimentação e Nutrição- FAN da Atenção Básica de dois mil e nove, e as ações programadas para dois mil e dez conforme Anexo I desta ata. **Manifestações:** conselheira Martha Maria Vieira Artilheiro perguntou se conseguiram comprar os computadores e notebooks para as Unidades, conforme o que já havia sido apresentado como Projeto em anos anteriores. Senhora Tânia disse que compraram quatro computadores para Regionais de Saúde. Conselheira Martha disse que a apresentação não ficou clara em alguns aspectos, como por exemplo a questão da aquisição de computadores e data show, visto que há uma verba específica para esse Programa, essas compras não podem estar misturadas a outras que sejam da Secretaria de Saúde, além de não estar claro também como estão sendo feitas as capacitações. Acrescentou que está sendo feito um bom trabalho, mas acha que seria importante que o trabalho fosse mais difundido, “...a gente deveria trabalhar mais junto, para mais distante das sedes de Regional”, ponderou. Senhora Marlene Bonow Oliveira, Gerente da Atenção Básica, esclareceu que a Secretaria Municipal de Saúde sozinha compra mais do que a Prefeitura Municipal inteira, e o setor de compras estabelece prioridades. Disse também que a Secretaria tem ótimos Projetos e



ainda virão mais Projetos, mas é preciso um pouco de paciência, em fazer as coisas de acordo com o que se pode fazer. Conselheira Neusa Maria Alcântara questionou se existe algum planejamento em relação a se fazer palestras diretamente ao usuário. Senhora Tânia falou que já foi dado palestras a mais de mil usuários, além do próprio atendimento, dando orientações à população sobre nutrição. A Presidente fez referência ao Parecer da Comissão de Assuntos Internos referente ao Plano do ano passado, e questionou quais foram os Indicadores alcançados e cima desta ação, e também solicitou esclarecimentos referente às nutricionistas que estão fazendo o curso de especialização, sendo que uma delas não está lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Senhora Tânia esclareceu que a nutricionista Janine Guimarães, que está fazendo a Pós Graduação, foi chamada para cuidar da parte de Segurança Alimentar, e que as ações da Saúde são apenas um braço de todo um contexto da Segurança Alimentar, pois envolve todo o processo desde a plantação da semente até o momento da ingestão do alimento, portanto, embora ela esteja trabalhando na Fundação Vinte e Cinco de Julho, não sendo parte da Secretaria da Saúde propriamente dita, as ações que ela desenvolve estão estreitamente ligadas à saúde. Senhora Janine Guimarães pediu a palavra, e explicou que a segurança alimentar é realmente muito abrangente, e está incluída na saúde, na educação, na assistência social, no restaurante popular, no banco de alimentos, na produção rural, na organização de produção, garantindo que o usuário que chega na Atenção Básica, tenha acesso a um alimento saudável, e esclareceu que seu papel é articular todos esses setores, e apesar de não estar na Secretaria de Saúde, continua sendo profissional de saúde. A Presidente sugeriu que a prestação de contas referente ao ano de dois mil e nove fosse encaminhado à Comissão de Orçamento e Finanças, e o Plano de Ações para a Comissão de Assuntos Internos. **Os encaminhamentos foram aprovados pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente informou a necessidade de se fazer uma reunião Extraordinária para o mês de agosto, com a duração de duas horas e trinta minutos. A conselheira Michele de Souza Andrade levantou a questão do local da reunião, questionando porque elas não podem acontecer no Auditório da Secretaria de Saúde. A Presidente disse que em muitos aspectos o Auditório da Secretaria foi vantajoso, porém, informou que tanto a Secretaria Executiva do Conselho quanto ela mesma, têm recebido muitas reclamações referente a localização, argumentando que fica contramão. Conselheira Michele disse que acha que na Secretaria é melhor do que no Auditório da Unidade Sanitária, onde a acessibilidade é ruim por ser no terceiro andar. Senhora Sandra Helena, secretária executiva do CMS-Jlle, explicou que existem outros locais que tem Auditório sem custo de aluguel, como por exemplo o Centreventos Cau Hansen, mas o problema é a disponibilidade de data, problema que não acontece na Secretaria, que já se dispôs a reservar todas as datas que o CMS-Jlle necessita e, além disso, considerou que o espaço é confortável, com estacionamento seguro para quem tem carro, e para quem usa ônibus, há uma linha que sai do terminal central, com ponto de parada em frente à Secretaria. Devido a falta de quorum o assunto não foi votado, e a Presidente informou que a Mesa Diretora fará convocação para uma Assembleia Extraordinária. Senhor Marco Antonio Marcos, mencionou um problema que está acontecendo na Farmácia Escola da Univille, onde pessoas esperam muito tempo na fila por um atendimento. A Presidente sugeriu que a Comissão de Assuntos Externos fizesse uma visita para averiguar o que pode ser feito. **INFORMES GERAIS:** 1) Ofício da Gerência das Unidades de Vigilância em Saúde, solicitando espaço na pauta da reunião do CMS do mês de agosto, para apresentação do Projeto do Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes 2010; 2) Correspondência da Sra. Jaqueline Screiner Terra e do Sr. Vinicius Frassini, solicitando um espaço em uma assembleia do conselho para explanações das Clínicas de Fisioterapias referente ao “teto” dos atendimentos nas clínicas de fisioterapia do município de Joinville; 3) Correspondência da Associação dos Deficientes Físicos de Joinville, manifestando interesse em fazer parte do CMS-Jlle; 4) Convite para participação do “II Fórum de Trabalho e Saúde: A Precarização e a Saúde do Trabalhador no Século XXI”. Nos Dias 12 e 13 de agosto de 2010, em Marília SP; Encaminhamentos à Comissão de Assuntos Internos- CAI: 1) Ofício n. 409/10, da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando para análise e apreciação deste conselho, proposta de Plano de Trabalho 2010, da Sociedade de Promoção Social do Fissurado Labio-Palatal de Joinville; 2) Ofício n. 425/2010, da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando para análise e apreciação do conselho, solicitação de credenciamento do



325 Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria para cirurgia por videolaparoscopia dos
procedimentos do SUS; 3) Ofício n. 424/10, encaminhando para análise e apreciação do conselho
o Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário para a Unidade Industrial Jucemar
Cesconeto; Encaminhamentos à Comissão de Assuntos Externos- CAE: 1) Correspondência do
Conselho Local de Saúde Lagoinha solicitando providências em relação a reforma do PSF
330 Lagoinha, recém notificado pela Vigilância Sanitária; 2) Cópia ao CMS-Jlle, da Correspondência
do CLS Bakitas encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando audiência para tratar
de assuntos relacionados às dificuldades da Unidade de Saúde. Devido ao adiantado da hora e a
falta de quorum, a Presidente do CMS-Jlle, Cléia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada
a centésima nonagésima quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às
335 vinte e uma horas e trinta minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente
ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza
Andrade, Renato Monteiro, José S. M. Vianna, Madalena Rodrigues da Silva, Douglas
Calheiros Machado, Heloisa Walter de Oliveira, Ademar Marcelo Soares, Nelson Holz, Tércio
Egon Paulo, Bruna Heinz de Souza, William Cremasco, Marineusa Gimenes, Sonia Mara
340 Maçaneiro, Nelson Renato Esteves, Paulo Felipe Heck, Martha Maria Vieira de S. A.
Artilheiro, Valério Rodrigues, Miriam Hoffmann Rodrigues, João Fábio Salles da Silva,
Denise da Silva Gava, Mário Bruckheimer, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Alessandro
Floriano Rosa, Luiza De Bastiani, Mendes José Maulli, Mário Luiz Alves, Elenice de Fátima
Correa Krüger, Neusa Maria Alcântara, Maria Emília Vieira Fernandes, Mauren Bruckheimer,
345 Marli Lipinski Wuff, Waldir Vieira Rebello, Roberto Tavares, Nelson Antonio de Souza, Mário
Ivo Maiochi, Pedro Celestino da Silva Junior, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Silvia Mara
da Costa Fischer, Otávio Budal Arins, Maurício Huller, Ivanir Alievi Vieira, Leonardo
Rosalvo Jucinsky, Euclides Paterno, Anselmo Silvério, José Martins, José Declarindo dos
Santos, Josafá Távora, representantes da Secretaria Municipal de Saúde.**

350